

Relatório

# Registo de descrição

Data relatório  
2025-03-18

Registo PT/BP/IGCS-PFBL - Pereira Fernandes & Barros Lima

<b>Nível de descrição</b>	SF
<b>Código de referência</b>	PT/BP/IGCS-PFBL
<b>Código de referência Nyron</b>	IGCS/PFBL
<b>Título</b>	Pereira Fernandes & Barros Lima
<b>Datas de produção</b>	1931-08-25 - 1939-06-14
<b>Dimensão e suporte</b>	1 Caixa ; Papel
<b>Entidade detentora</b>	Banco de Portugal
<b>História administrativa/biográfica/familiar</b>	<p>A firma Pereira Fernandes &amp; Barros Lima foi criada em 21 de janeiro de 1921, por escritura realizada nas notas de António Gonçalves Amorim, notário de Viana do Castelo. Tendo sido criada como sociedade comercial em nome coletivo com o capital social de 20.000\$00, estabeleceu a sua sede em Arcos de Valdevez, na Rua Cerqueira Gomes. Foram sócios fundadores o Padre Manuel José Pereira Fernandes e Francisco Teixeira de Barros Lima. O sócio Francisco de Barros Lima esteve ligado a outras duas empresas: uma como credor, e que faliu por esta altura, a Amadeu Oliveira &amp; Companhia, e a outra, como sócio, a Silva Júnior &amp; Companhia.</p> <p>Embora estatutariamente tivesse por objeto social o comércio bancário ou qualquer outro ramo de atividade, a firma não detinha licença para o exercício de operações privativas de bancos e banqueiros autorizados.</p> <p>As operações que realizava insidiam sobre a aplicação de capitais, créditos por depósitos e por letras, compra e venda de moeda estrangeira, existindo também referência a aquisição de ouro e empréstimos realizados a particulares.</p> <p>Face à crise económica e financeira advinda da crise internacional provocada pela grande depressão de 1929, o descrédito e a desconfiança nas instituições financeiras levou os depositantes a uma corrida às instituições, por um lado, e à diminuição do afluxo de capitais para depósitos, por outro.</p> <p>Em abril de 1931, a firma Pereira Fernandes &amp; Barros Lima cessou os seus pagamentos.</p> <p>Em face dos acontecimentos, ainda se tentou uma concordata com os credores. No entanto, face à situação das suas contas, o Tribunal da Comarca de Arcos de Valdevez, por sentença de 21 de setembro de 1931, decretou a falência individual dos seus dois sócios.</p> <p>A Portaria de 28 de janeiro de 1932, publicada em Diário do Governo no dia seguinte, nomeou Comissário do Governo, José Joaquim Antas de Barros, que não chegou a tomar posse. Para seu lugar foi nomeado por Portaria de 06 de fevereiro, Alberto Barreiros.</p> <p>Atendendo a que a firma não se reconstituiu nos prazos legais, a Portaria de 27 de maio de 1932 determinou a sua imediata liquidação e nomeou uma Comissão Liquidatária. A Portaria de 19 de agosto confirmou os nomes que integraram essa Comissão: João Cândido de Gusmão e Vasconcelos, por parte dos credores, e António de Almeida Faria Lima, por parte dos sócios.</p> <p>Em 22 de fevereiro de 1935 a Comissão Liquidatária foi extinta passando as suas funções para o Comissário do Governo.</p> <p>Por várias vezes prorrogado o prazo para a liquidação final, somente em 29 de abril de 1938, o relatório final e as contas da liquidação dão entrada na Inspeção do Comércio Bancário. Por Portaria de 13 de junho de 1939, publicada no Diário do Governo nº 135, desse dia, são aprovadas as contas e exonerado o comissário do Governo dando-se por concluído o processo.</p>
<b>Sistema de organização</b>	Cronológico
<b>Existência e localização de cópias</b>	Nenhuma
<b>Unidades de descrição relacionadas</b>	Para mais informações consultar a documentação referente a esta casa, existente no Arquivo Distrital do Porto.